



Revista
Symposium

POBREZA E EMPREGO, RELAÇÃO E FALSA RELAÇÃO

Delio Mendes¹

Resumo: Pobreza e emprego, relação e falsa relação. Este texto repele os paradigmas tradicionais na abordagem da relação pobreza/emprego, demonstrando que a criação de novos postos de trabalho não implica, necessariamente, a diminuição da pobreza. Isso porque esse processo se desenvolve dentro de um modelo concentrador de renda que decreta políticas de baixo salário aos privilegiados que conseguem emprego, além de uma perversa política monetária que condiciona patamares baixíssimos ao poder de compra da moeda vigente. Isso delineia uma realidade selvagem nos países em desenvolvimento, da América Latina, por exemplo. Dá exemplo de alguns países que conseguiram fugir a essa regra, diminuindo os níveis de pobreza, graças a mecanismos que asseguram uma renda mínima sem estabelecer uma relação obrigatória com uma condição estável de trabalho. Palavras-chave: pobreza, emprego, renda, serviços, lazer.

7 - Poverty and Employment, Relationship and False Relationship.

Abstracts: This text refutes the traditional paradigms in the approach of the relationship poverty/employment, demonstrating that the creation of new job vacancies does not imply, necessarily, the reduction of poverty. The reason for this is because this

process develops according to an income concentration model that imposes policies of low wages for those who have the privilege of obtaining a job, and also a perverse monetary policy that lays down extremely low levels to the purchasing power of the prevailing currency. It results in a brutal reality in developing countries, e.g. in Latin America. Examples are given of some countries that were able to escape this rule, and reduced the levels of poverty thanks to mechanisms that ensure a minimum income without establishing a compulsory relationship with a steady work condition.

Key words: Poverty, employment, income, services, leisure

Do ponto de vista da compreensão da pobreza, existe, fora de dúvidas, um amplo material produzido no mundo desenvolvido que serve de referência aos estudos levados a efeito na América Latina e, em particular, no Brasil. Dentre esse material, autores os mais diversos fizeram análises da pobreza relacionada com os níveis de emprego, análises que servem até certo ponto para sociedades que viveram a perspectiva do pleno emprego, mas que tropeçam na interpretação de um mundo em que o emprego é um privilégio na vida de uma minoria da população ativa. Dito de uma outra forma, emprego nas sociedades latino-americanas é uma exceção que muito pouco contribui para a compreensão e combate da pobreza regional. No caso do Brasil, o trabalho compulsório, o trabalho escravo, perdurou até o final do século passado, colocando o país na nada agradável posição de ser um dos últimos a abolir as relações sociais escravagistas. Desse modo, o trabalho livre ou mais particularmente o emprego, transformou-se em forma privilegiada de relação social à qual só uma pequena minoria tem acesso até os nossos dias.

No que diz respeito à relação entre pobreza e emprego, a pobreza como produto social é vista, desde a Escola de Chicago,² como consequência de mudanças sociais que incidem de forma direta na formação do emprego e transformam a vida, principalmente nas cidades, onde marginalidade e pobreza passam a fazer parte do cotidiano urbano.³ Desde diversas conotações, inclusive raciais, a po-



breza e o desemprego são tratados como faces de uma mesma moeda. Vista sob esse ponto de vista, a pobreza teria como solução factual a criação de um maior número de empregos que, aliada a um processo educativo para qualificação da população para ocupar esses empregos, seria a varinha de condão mágica para transformar o mundo social em a pátria do *mel e do leite* da utopia de Antônio Conselheiro, que predicava: “o Sertão vai virar mar”.

Todavia, se tudo se passa, ou melhor, se passava assim no mundo desenvolvido, no outro mundo, no mundo do lado da América Latina e outros continentes mais problemáticos, as coisas são mais complicadas, e emprego e pobreza não são necessariamente faces de uma mesma moeda. Pode-se dizer isso, sem, inclusive, subestimar a produção de empregos em um mundo tão prenhe de carecimentos. Ou seja, produzir-se empregos é importante, nessas sociedades, para aumentar a produção, para carrear impostos para o setor público, para aumentar a renda social etc, não necessariamente seus efeitos sobre a diminuição da pobreza têm uma efetividade maior. Ou seja, a diminuição da pobreza está muito mais ligada à redistribuição da renda e a uma ampla oferta de serviços sociais do que a criação de empregos.⁴

Qualquer intento de reordenar o mundo em bases mais justas deve passar pela mudança nas relações internacionais, desde que relações desiguais no plano internacional penalizam as economias mais fracas e desviam recursos indispensáveis no combate à pobreza. É importante constatar que, segundo Informe do Banco Mundial, a pobreza se vai reduzindo em países como a China e a Índia, onde, no ano 2000, o primeiro reduzirá o número de pobres de 280 para 70 milhões e o segundo contará com 350 milhões, 170 milhões de pobres a menos que no ano de 1990.⁵ É preciso salientar que todo esse resultado seria impossível se tivesse sido produzido em cima apenas do elemento emprego. Sem sombra de dúvidas, todo esse esforço teve como ponto central a larga ampliação na produção de alimentos e na melhoria qualitativa dos serviços.⁶

Equidade social é, portanto, o único cami-

nho para a melhoria da qualidade de vida dessas sociedades e a forma mais conseqüente de diminuir a extensão da pobreza pré-existente. Isso é verdade até pelo fato de que os níveis de desemprego aberto dessas sociedades são bastante inferiores aos níveis do primeiro mundo, e o fato de ter um posto de trabalho não garante necessariamente melhores condições de vida. Portanto, mais do que criar empregos, é necessário dar consistência monetária aos postos de trabalho existentes, evitando o auferimento de rendas abaixo de um Mínimo e, ao mesmo tempo, garantir ao maior número de cidadãos acesso à renda igual a esse patamar menor. Dito mais claramente, é tão importante quanto imprescindível generalizar o auferimento de uma renda mínima pessoal, como forma de ampliar a renda familiar da população pobre e introduzir essas camadas sociais na sociedade de consumo. Essa renda mínima não deverá, necessariamente, estar vinculada a um trabalho estável.

Do ponto de vista dos países desenvolvidos, já se compreende a dificuldade de se manter hoje uma proteção social sob a forma de RMI, renda mínima de inserção, vinculada a um trabalho estável. Isso é um reconhecimento da diminuição gradual dos postos de trabalho, o que leva à compreensão da necessidade de desvinculação da RMI da manutenção de um posto estável de trabalho. Nas sociedades do terceiro mundo, como é o caso do Brasil, essa desvinculação é ainda mais necessária à medida que se compreende a incapacidade de nossas economias de produzir empregos formais. Em última instância, essas modificações apontam na direção da existência de profundas transformações na economia capitalista neste fim de século.⁷ Essa renda, auferida independentemente de vinculação a um trabalho estável, como Renda de Inserção é, antes de tudo, uma renda que abre perspectivas para a construção da cidadania.

Destarte, garantidos rendimentos mínimos a um contingente substancial da população, o que de pronto produz na maioria das famílias uma renda familiar bastante significativa, o passo seguinte diz respeito à garantia da oferta de serviços sociais básicos de boa qualidade de maneira tal, que a ren-

da familiar não seja desviada para gastos que, por sua natureza, devem ser cobertos pela oferta do setor público. É evidente que, em uma sociedade onde existe uma oferta de serviços sociais básicos de boa qualidade, a população pode deixar suas rendas pessoais para fazer face a despesas que garantam uma boa alimentação, um bom vestuário e um bom lazer. Se o Estado não é capaz de montar um programa habitacional para a população pobre, as favelas, os mocambos e os cortiços invadirão os espaços e suprirão a falta de habitações de uma forma precária e com prejuízos para o conjunto da sociedade. A pobreza é mais trágica mesmo para os que, embora trabalhando, são obrigados a desviar parte significativa de suas rendas para gastos com habitação. O emprego, por si só, não garante uma boa qualidade de vida.

Desse modo, uma relação necessária entre emprego e pobreza é, em princípio, falsa, na medida em que a sociedade do trabalho não se generalizou no mundo subdesenvolvido e as formas de ocupação que passam por fora da formalização dão conta, com muito mais realismo, da realidade dessas sociedades. Desde essa compreensão, é necessário ter em conta o fato de que a situação de pobreza persiste, mesmo no que diz respeito às famílias que têm relação com o mercado formal de trabalho, desde que os custos de manutenção e reprodução da força trabalho para o capital (toda família) inclua gastos com habitação, saúde, educação etc. Portanto, a realidade dos fatos expressa uma pobreza que assume variadas faces, algumas dessas vinculadas ao elemento emprego. Todavia, uma parte significativa dos fatores que, em nossos países, perpetuam a pobreza passam ao largo do aumento da oferta de empregos, uma vez que essa oferta tem sido historicamente insuficiente. E, se isso é verdade, passa a ser mais ainda, à medida que se compreendam as dificuldades e as impossibilidades futuras de se criarem empregos na escala que demanda o mundo social.

Do ponto de vista do mundo informacional do fim do século a ser ampliado no próximo milênio, a criação de empregos será cada vez menor, como consequência dos processos tecnológicos que

vão poupar, cada vez mais, mão-de-obra. O trabalho na forma expressa no mundo nascido da revolução industrial desaparecerá com profundas repercussões na estrutura social de classe, principalmente depois do esfacelamento das estruturas sindicais, enfraquecidas no combate direto com a revolução informacional do século XXI.⁸ O homem, liberado do trabalho que aliena, poderá optar pela criação, elevando-se enquanto portador de ética e cultor da liberdade. A criação cultural, que inclui o mundo da satisfação pessoal, passa a objetivar a produção da arte, da literatura, enfim, dos bens da fantasia e do lazer como essenciais à estruturação da boa vida. A sociedade plena é, em seu tempo, a sociedade da satisfação e do prazer. De uma maneira mais efetiva, a sociedade plena, materialmente satisfeita, irá dedicar-se à busca da satisfação do espírito.

Parece claro, para os estudiosos do mundo desenvolvido, que a ruptura entre a boa vida e a criação de riqueza é um fato concreto.⁹ Isso por conta da compreensão que a criação de riqueza não esgota o atendimento das necessidades vitais da população. Mais particularmente: se felicidade e produção de riqueza não estão necessariamente vinculadas entre si e ao bem-estar social, outras desvinculações são possíveis, já que a nova realidade vivida passa além dos paradigmas tradicionais. Portanto, a compreensão da pobreza e do emprego enquanto relação não necessariamente fatal no mundo do século XXI abre perspectivas para que se pense em formas de combate aos carecimentos por fora da formalização, em todos os níveis, inclusive, do emprego. As sociedades do pleno emprego resultantes de condições especiais onde a 2ª Grande Guerra e a reconstrução da Europa, entre outros fatos, funcionaram como catalisador de um processo de acumulação invulgar esgotaram-se na Revolução Informacional do fim deste século e no desaparecimento do Socialismo Real, que pressionava o mundo de cá, o mundo capitalista, a manter, às vezes a um alto custo, os níveis de emprego existentes.

Do ponto de vista do receituário atual do *fundamentalismo neoliberal*, torna-se importante ter em conta que sua proposta de desregulação das relações de trabalho, cujo endereço certo é o



desmantelamento da estrutura sindical que se transformou em empecilho para o aprofundamento do processo de acumulação, deve-se tornar um elemento marginal na sociedade global, desde que as lógicas vigorantes nas relações sociais estão mudando na prática, por força das novas composições do capital e em função das novas culturas da sociabilidade. A empresa familiar de alta tecnologia (elemento central na recente Revolução Italiana) ou o isolamento factual dos produtores informáticos são exemplos claros da nova realidade. Uma realidade que deve ser pensada e repensada como uma necessidade vital. *A necessidade de garantir a todas as mulheres e a todos os homens uma vida minimamente digna.*

E a partir desse ponto de vista, trabalho e pobreza não estão necessariamente vinculados, muito menos em um mundo subdesenvolvido, onde a história se repete, não como farsa, mas como uma ópera bufa. Hoje, como ontem, não se produzem os postos de trabalho formais e consistentes necessários para a ocupação de todos os homens e, por isso, todos os pobres. E, se esse for o caminho, *haja caminhar sem direção.*

Essa é uma idéia provocadora, desde que passa por fora dos paradigmas tradicionais, deixando de lado o tradicional pelo tradicional, vez que essa fórmula gera o fundamentalismo. O tradicionalismo não é nada mais do que a defesa tradicional da tradição. Em um mundo em permanente transformação, o mais importante é ousar, é fugir ao fácil na medida em que se faz importante quanto indispensável ir em busca de novas fórmulas. E, então, a tradição é importante, não para ser defendida, mas para referenciar a mudança e para abrir passagem ao futuro.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSSO, Eliana e HELWEGE, Ann - *À margem da subsistência: pobreza na América Latina*, Pes. Plan. Econ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 1990.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*, São Paulo : UNESP, 1994.

INFORME del desarrollo en el mundo, Washington : Banco Mundial, 1990.

SCHAF, Adam. *A sociedade informática*, São Paulo : Brasiliense, 1990.

SEBASTIÁN, Luis de. *Mundo rico, mundo pobre*. Santander, Sal Terrae. 1992

SPOSATI, Aldaíza. (org.). *Renda mínima e crise mundial*, São Paulo: Cortez, 1977.

WRIGHT, Erik Olin. El análisis de clase de la pobreza, in CARABANNA, Julio. *Desigualdades y Clases Sociales : Un seminario en torno de Erik O. Wright* - Igualdad Madrid. Madrid : [s. n.], 1995.

NOTAS

¹ Delio Mendes é doutorando pela Universidade de DEUSTO-Espanha e Professor do Departamento de Sociologia da UNICAP.

² A Escola de Chicago é fundacional em relação aos estudos de pobreza, principalmente no que diz respeito à pobreza urbana.

³ “La disminución de las manufacturas, y en particular la disminución de las estructuras de empleo que contenían esa variada mezcla de trabajos cualificados, semicualificados y no cualificados asequibles a las anteriores generaciones de inmigrantes sin cualificación, han destruido virtualmente las rutas para salir de la pobreza de sectores significativos de la población negra.”

WRIGHT, Erik Olin (1995) - El análisis de clase de la pobreza, in CARABANNA, Julio (ED) *Desigualdas y Clases Sociales*, Un seminario en torno de Erik O. Wright - Igualdad, Madrid”. p. 137.

⁴ “A pobreza na América Latina está estreitamente ligada à má distribuição de renda. A região tem mais que os recursos necessários para alimentar, abrigar e vestir sua população. Assim, a indigência na América Latina é inteiramente atribuível à distribuição de renda. Nenhuma análise da pobreza na região pode ignorar os problemas de equidade.

CARDOSSO, Eliana e HELWEGE, Ann (1990) - À margem da subsistência: pobreza na América Latina, in. Pes. Plan. Econ. , v. 20, n. 1, Rio de Janeiro p. 110

⁵ BANCO MUNDIAL (1990) - Informe del desarrollo en el mundo, Washington

⁶ “A razão é que a produção de alimentos se incrementou na Ásia, portanto o problema da fome melhorou sensivelmente. O mesmo vem sucedendo com a educação das crianças, que vem melhorando muito e, ao mesmo tempo, certas condições sanitárias evoluíram e se tem incrementado também o controle de natalidade.”

SEBASTIÁN, Luis de (1992) - Mundo rico, mundo pobre - Santander, Sal Terrae, p. 32

⁷ Para compreensão da Renda Mínima, recomendamos ver o texto de FALEIROS, Vicente, professor da UNB, que se encontra em:

SPOSATI, Aldaíza (ORG.) (1977) - Renda mínima e crise mundial, São Paulo, Cortez

⁸ “É, pois, um fato que o trabalho, no sentido tradicional desaparecerá e com ele o homem trabalhador, e portanto também a classe trabalhadora entendida como a totalidade dos trabalhadores”.

SCHAF, Adam (1990) - A sociedade informática, São Paulo, Brasiliense, p. 43

⁹ “É possível perceber conexões estreitas e potencialmente proveitosas entre as mudanças estruturais que agora estão ocorrendo nas sociedades industrializadas, além da exigência de um reexame de valores vindo de críticos de orientações bastante diferentes. Viver uma vida feliz e satisfatória é uma coisa, a criação de riqueza é outra. Essas coisas podem ser colocadas junto? E se de fato for possível reconciliá-las, isso pode ser obtido de maneira a promover maior igualdade, dentro de sociedades específicas ou em um nível mais global?”

GIDDENS, Anthony (1994) - Para além da esquerda e da direita, São Paulo, UNESP, p. 199